

A SUSTENTABILIDADE EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS: UM ESTUDO DE CASO NO TERRITÓRIO INDÍGENA INHACORÁ

SUSTAINABILITY IN INDIGENOUS TERRITORIES: A CASE STUDY IN THE INDIGENOUS TERRITORY INHACORÁ

LA SOSTENIBILIDAD EN TERRITORIOS INDÍGENAS: UN ESTUDIO DE CASO EN EL TERRITORIO INDÍGENA INHACORÁ

Recebido em: 29 de Setembro de 2018

Aprovado em: 05 de Maio de 2019

Avaliado pelo sistema double blind review

Editoria Científica: Carolina Freddo Fleck

Tiago Zardin Patias - tzpatias@yahoo.com.br – UFSM

Aline Anklam - alineanklam@gmail.com

Suelen Priscila Buffon Muhl - buffonsuelen@gmail.com

Michel Barboza Malheiros - malheirosmb@gmail.com

Queli Jaíne Heck - quelijaineheck15@gmail.com

RESUMO

A sustentabilidade no mundo contemporâneo vem adquirindo grande destaque dentro das organizações, governos, universidades, territórios e a sociedade como um todo. Mesmo naqueles territórios que tradicionalmente estas questões sempre estiveram presentes, hoje há que se analisar e verificar as mudanças que estão em curso. Este artigo tem por objetivo fazer uma análise da sustentabilidade em um Território Indígena, com base no tripé econômico, social e ambiental. O ambiente de análise é a Terra Indígena Inhacorá, localizada no município de São Valério do Sul - RS – Brasil, a qual é habitada exclusivamente por indígenas Kaingang. Utilizou-se da estratégia do estudo de caso, por meio de uma pesquisa exploratória através de entrevista com o cacique da terra indígena e observação direta. Os resultados mostram que o povo do Território Indígena sabe da importância da sustentabilidade, contudo ressalta-se que as políticas não foram feitas para atender as demandas indígenas e que, por diversas vezes, a terra é sua fonte de sustento. Com isso, destaca-se a importância da prefeitura e Estado desenvolverem políticas públicas para sanarem as necessidades primordiais do Território Indígena Inhacorá.

Palavras-chave: sustentabilidade; territórios; indígenas.

ABSTRACT

Sustainability in the contemporary world has been gaining prominence within organizations, governments, universities, territories and society as a whole. Even in those territories that traditionally these issues have always been present, today we have to analyze and verify the changes that are underway. This article aims to make an analysis of sustainability in an Indigenous Territory, based on the economic, social and environmental tripod. The analysis environment is the Inhacorá Indigenous Land, located in the municipality of São Valério do Sul – RS - Brazil, which is inhabited exclusively by Kaingang natives. The strategy of the case study was used, through an exploratory research through an interview with the indigenous land chief and direct observation. The results show that the people of the Indigenous Territory know the importance of sustainability, but it is pointed out that the policies were not made to meet the indigenous demands and that, on several occasions, the land is their source of sustenance. With this, it is important to emphasize the importance of the city and state to develop public policies to address the primary needs of the Indigenous Territory Inhacorá.

Keywords: sustainability; territories; indigenous.

RESUMEN

La sostenibilidad en el mundo contemporáneo viene adquiriendo gran destaque dentro de las organizaciones, gobiernos, universidades, territorios y la sociedad como un todo. Incluso en aquellos territorios que tradicionalmente estas cuestiones siempre estuvieron presentes, hoy hay que analizar y verificar los cambios que están en curso. Este artículo tiene por objetivo hacer un análisis de la sostenibilidad en un Territorio Indígena, con base en el trípode económico, social y ambiental. El ambiente de análisis es la Tierra Indígena Inhacorá, ubicada en el municipio de São Valério do Sul – RS - Brasil, la cual está habitada exclusivamente por indígenas Kaingang. Se utilizó de la estrategia del estudio de caso, por medio de una investigación exploratoria a través de entrevista con el cacique de la tierra indígena y observación directa. Los resultados muestran que el pueblo del Territorio Indígena sabe de la importancia de la sostenibilidad, sin embargo se resalta que las políticas no se han hecho para atender a las demandas indígenas y que, en varias ocasiones, la tierra es su fuente de sustento. Con ello, se destaca la importancia del ayuntamiento y el Estado de desarrollar políticas públicas para sanar las necesidades primordiales del Territorio Indígena Inhacorá.

Palabras-claves: sostenibilidad; territorios; Indios.

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade no mundo contemporâneo vem adquirindo grande destaque dentro das organizações, governos, universidades, territórios e a sociedade como um todo. Essa questão tem sido vista como um filtro, visto que a sociedade está mais preocupada com atividades sustentáveis. A consciência coletiva acerca das demandas sociais e ambientais por parte das comunidades

tornou obrigatório mudanças no modo de líderes gerarem seus serviços (TACHIZAWA, 2010).

Segundo Weis (2014), às discussões sobre o termo “sustentabilidade” começaram na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972. O meio ambiente natural ou físico é, naturalmente, constituído por água, solo, ar, flora e fauna e nesse sentido, sustentabilidade, inicialmente origina da ideia de desenvolvimento sustentável, percepção analisada por vários autores e relaciona-se ao crescimento econômico difundido no pós Segunda Guerra Mundial (SARRETA, 2007; FIORILLO, 2017).

Mesmo aqueles lugares onde tradicionalmente há preocupação com o meio ambiente, hoje se está discutindo estas questões. Esse artigo busca analisar justamente um destes ambientes, no caso, um território indígena, localizada no território Inhacorá em São Valério do Sul-RS. Discute-se o processo de sustentabilidade desenvolvidos pela comunidade indígena, com o intuito de fazer uma reflexão sobre os elementos econômico, social e ambiental presentes neste território.

Destaca-se que a Terra Indígena Inhacorá é habitada exclusivamente por indígenas Kaingang e se constitui em uma das mais antigas demarcações do Estado do RS, datada de 1921 (PORTAL KAINGANG, 2017). Para Souza et al. (2015) às atividades produtivas e artesanais desenvolvidas pelas populações indígenas são, basicamente, para subsistência. Desse modo, apresentam forte dependência da natureza e seus recursos, os quais são mantenedores de seu modo de viver. Para os indígenas a natureza representa, não só o meio de subsistência, mas também o suporte da vida social, ligada diretamente a crenças e conhecimentos próprios (SOUZA et al., 2015).

Deste modo, percebe-se que a sustentabilidade permeia a Terra Indígena, desde questões econômicas, sociais e ambientais. É nesse sentido que existe a necessidade em mostrar um estudo apresentando como uma liderança indígena e sua comunidade compreendem as questões mencionadas anteriormente. Assim, o objetivo da pesquisa consiste em realizar uma análise da sustentabilidade em uma Terra Indígena, com base no tripé econômico, social e ambiental.

A estrutura do trabalho inicia-se na introdução, seguido do referencial teórico, abordando a temática da sustentabilidade com seus principais conceitos, dimensões e informações gerais. Em seguida, têm-se a metodologia da pesquisa. Logo após apresenta-se os resultados, com uma breve caracterização do território e uma discussão e por fim o trabalho se encerra com as considerações finais, abordando as delimitações da pesquisa e sugestões para outros estudos.

2 SUSTENTABILIDADE

O conceito de sustentabilidade para a maioria das pessoas se originou na década de 1970, no entanto, tal conceito surgiu há mais de 400 anos, por volta de 1560, na Província Saxônia da Alemanha, onde se começou a despertar uma preocupação pelo uso das florestas de forma mais racional. Surgiu então, a palavra “*nachhaltigkeit*”, que significa “sustentabilidade” (BOFF, 2012). Mas apenas em 1713 que a referida palavra recebeu um caráter mais estratégico, graças ao Capitão

Hans Carl von Carlowitz, que escreveu um tratado sobre sustentabilidade em que abordava sobre a devastação de grandes áreas de florestas para abastecer com carvão vegetal os fornos de mineração. Nas palavras dele “corte somente aquele tanto de lenha que a floresta pode suportar e que permite a continuidade de seu crescimento”.

Mas foi efetivamente a partir da década de 70 que o termo sustentabilidade aparece com maior notoriedade, como no “*World Council of Churches*” em 1974, em um contexto de confronto entre as preocupações de ambientalistas do primeiro mundo e o imperativo de combate à miséria dos países do terceiro mundo. Em 1980 novamente utilizou-se a expressão desenvolvimento sustentável pela *Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN)*, onde se integram os vetores ambiental e social, em confronto com a realidade do crescimento econômico (COBB, 1992; DRESNER, 2007; HERNANDES, 2014).

Foi a partir da década de 1980 que o termo sustentabilidade, bem como a expressão desenvolvimento sustentável, começaram a ser empregados de forma comumente a partir dos problemas ambientais e sociais que desde o início dos anos 1960 já começavam a serem percebidos como uma crise de dimensão planetária (BARBIERI, 2007). A pressão da sociedade, do consumidor e do governo deu um impulso inicial para que as organizações empresariais e sociedade no geral incluíssem a sustentabilidade e as questões ambientais em seus critérios de estratégias sociais (SERPA; FOURNEAU, 2007; SANDHU, 2010; BONN; FISHER, 2011; VIEGAS; BIANCHI; MEDEIROS, 2015).

A definição de desenvolvimento sustentável tornou-se mais conhecida a partir de 1987 quando a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou o Relatório Brundtland (MORIMOTO; ASH; HOPE, 2005). Esse relatório teve como foco alertar para a urgência de não se esgotar os recursos naturais e degradar o meio ambiente. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável mais difundido é o da Comissão *Brundtland*, o qual considera que é “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (*WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT*, 1987, p. 46).

Importante destacar que não há um consenso sobre os diversos conceitos, sendo que Pezzey (1989) inventariou mais de 60 abordagens diferentes a respeito da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Por sua vez, Bermejo (2001) constatou a existência de mais de 200 definições. Aqui cabe uma ressalva descrita por Dovers (1995), em que define sustentabilidade como sendo um termo de longo prazo e de difícil alcance, enquanto que desenvolvimento sustentável é entendido por um processo variável de mudança que busca como objetivo a sustentabilidade. Holling (2000) reforça que a sustentabilidade é a capacidade de criar, testar e manter a capacidade adaptativa, em outras palavras pode ser considerado um novo método de aprendizado organizacional e social (BRAZÃO, 2008). Desenvolvimento é o processo de criar, testar e manter a oportunidade. Desenvolvimento sustentável, portanto, refere-se à meta de forjar capacidades adaptativas e criar oportunidades.

Alinhado ao relatório *Brutdland*, que diz que o crescimento econômico e a proteção ambiental e social não são incompatíveis, Brown et al. (1987)

argumentam que a sustentabilidade permite ser compreendida a partir de três perspectivas: social, ecológica e econômica. Do ponto de vista social, o termo sustentabilidade requer a satisfação contínua das necessidades humanas básicas e simbólicas, com foco mais para os indivíduos do que para as nações ou com o ecossistema, podendo significar a felicidade do maior número de pessoas, a garantia de proteção social e o desenvolvimento socioeconômico dos grupos sociais mais pobres. A perspectiva ecológica envolve o processo biológico e as redes de funcionamento dos ecossistemas, com prioridade para a proteção dos recursos genéticos e a conservação da biodiversidade. Na visão econômica, o termo sustentabilidade relaciona-se ao reconhecimento dos limites do crescimento econômico, contexto no qual se direcionam estratégias de ação conforme os interesses da nação e de grupos econômicos nacionais e internacionais e grupos sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Há discussões em torno de diferentes paradigmas epistemológicos para tratar do desenvolvimento sustentável. O primeiro e mais comumente aceito é o sustencêntrico, que vê harmonia entre o homem e a natureza em um contexto institucional, ambiental, social e econômico. O paradigma tecnocêntrico enfatiza a ideia de que o crescimento econômico é o motor do desenvolvimento, o qual deve ser alcançado a qualquer custo. O contraponto encontra-se no ecocentrismo, que situa a conservação do meio ambiente e as preocupações sociais como focos principais da humanidade (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; BRASIL; POMPEU; OLIVEIRA, 2014; VEIGA, 2015).

Alinhado às discussões que vinham acontecendo, já em 1994, o britânico John Elkington, fundador da empresa de consultoria *SustainAbility*, cunhou a expressão *Triple Bottom Line* (TBL) que significa a união de 3 Ps: 1) *Profit* (lucro), 2) *People* (pessoas) e 3) *Planet* (planeta) (ELKINGTON, 1999; 2004). Desde então, outras expressões semelhantes também foram adotadas, como: tripé, três pilares, três dimensões, três esferas e até mesmo trevo de três folhas (CARNEIRO, 2014).

O TBL compreende essencialmente três dimensões:

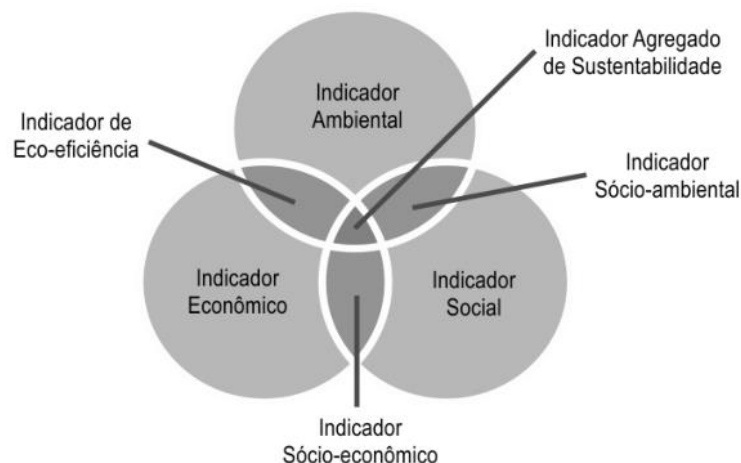
a) ambiental: um sistema ambientalmente sustentável não compromete as bases de recursos renováveis ou não-renováveis utilizando-os parcimoniosamente, além de procurar manter a biodiversidade, a estabilidade da atmosfera e as demais funções do ecossistema. Trata-se, portanto, de produzir e consumir de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua autorreparação ou capacidade de resiliência. Envolve proteger o ar, a água, a terra e os ecossistemas, assim como, controlar de forma eficaz os recursos naturais;

b) econômica: um sistema econômico sustentável deve gerar produtos e serviços de maneira contínua, sem gerar tributos ou problemas financeiros aos seus diversos participantes na cadeia de valor. Trata-se do que alguns denominam como ecoeficiência (ver Figura 1), que supõe uma contínua inovação tecnológica que nos leve a sair do ciclo fóssil de energia (carvão, petróleo e gás) e amplie a desmaterialização da economia. É criar oportunidades econômicas para a empresa e suas partes interessadas, como por exemplo, a comunidade do seu entorno;

c) social: um sistema social sustentável alcança a justiça social gerando renda e oportunidades por meio dos serviços sociais como saúde e instrução e de um tratamento igual a todos seus membros. Isso significa erradicar a pobreza e

definir o padrão de desigualdade aceitável, delimitando limites mínimos e máximos de acesso a bens materiais. Busca qualidade de vida e equidade para os trabalhadores e para a sociedade como um todo (HARRIS et al., 2001; PLACET; ANDERSON; FOWLER, 2005; HOURNEAUX JUNIOR, 2010; NASCIMENTO, 2012).

Figura 1 – Dimensões da sustentabilidade e tipos de indicadores de desempenho



Fonte: Sikdar (2003, p. 1930).

Segundo Sikdar (2003) e Wenger (1998), desenvolvimento sustentável deve ser visto como um balanço entre desenvolvimento econômico, gestão ambiental e igualdade social e somente ocorrerá quando as condições econômicas e sociais forem aperfeiçoadas ao longo do tempo sem exceder a capacidade ambiental.

Tendo em vista o objeto de análise deste estudo é importante destacar que a cultura e tradição indígena estão diretamente relacionadas ao meio ambiente, principalmente no que tange a subsistência, tendo a terra como o pilar que fornece frutos, alimento ao povo, proporciona lazer e bem-estar a comunidade (WEIS, 2014). O equilíbrio dos três elementos da sustentabilidade permite que a sociedade tenha um desenvolvimento harmônico, no entanto, há que se ter políticas públicas que incentivem este equilíbrio, principalmente em ambientes diversos como as terras indígenas (VIEGAS; BIANCHI; MEDEIROS, 2015). Nessa perspectiva, o alcance da sustentabilidade nas comunidades indígenas é um desafio, pois avança nesta sociedade as práticas presentes no cotidiano da população, quais são a de comércio, consumo de bens industrializados e com eles os resíduos e degradações adjacentes.

3 METODOLOGIA

Visando atingir o objetivo proposto, esta pesquisa desenvolveu-se de maneira qualitativa e exploratória. Dada a riqueza dos dados, permitiu observar o fenômeno em sua plenitude e facilitando a exploração de possíveis contradições, oferecendo descrições fundamentadas, expondo de forma minuciosa as

especificidades da dada realidade e assim tornando-a mais explícita (FOSSATI; LUCIANO, 2008).

Quanto ao método, classifica-se como um estudo de caso único, tendo em vista que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto real, e os limites não são claros entre o fenômeno e o contexto (YIN, 2015). As fontes de evidências foram entrevista semiestruturada e observação direta.

A entrevista semiestruturada foi elaborada com auxílio de um roteiro baseado na revisão teórica. A entrevista foi realizada com o cacique da Terra Indígena Inhacorá localizada no município de São Valério do Sul – RS. Foi realizada no mês de março de 2018, com duração de 1 (uma) hora, sendo que esta possibilitou a captação das informações necessárias. Também foram realizadas duas visitas técnicas na aldeia, no período de março a abril de 2018, com o intuito de conhecer a realidade, gerando um vínculo, possibilitando a interlocução com os atores sociais, caracterizando-se como observação direta. As observações foram registradas em forma de diário.

Após a coleta de dados o material resultante, ou seja, a transcrição da entrevista e os manuscritos do diário foram analisados por meio da técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Estes dados foram analisados pelos autores da pesquisa, possibilitando um aprofundamento de entendimentos, resultando em um processo de triangulação e interpretação dos mesmos. A triangulação “permite uma maior validade dos dados e uma inserção mais aprofundada dos pesquisadores no contexto de onde emergem os fatos, as falas e as ações dos sujeitos” (SOUZA; ZIONI, 2003, p. 78).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção apresenta-se inicialmente o local e algumas características da comunidade indígena. Na sequência são apresentados os resultados da pesquisa e uma discussão teórico empírica, principalmente em relação aos aspectos econômico, social e ambiental do Território Indígena Inhacorá.

4.1 O Contexto Local

Considerando as singularidades regionais e o contexto geográfico destaca-se a presença significativa de indígenas, em especial os da etnia Kaingang, do município de São Valério do Sul - RS. Nesse sentido, observam-se as peculiaridades que vem sendo exploradas em seu território bem como as características presente de sua cultura.

O município de São Valério do Sul-RS está localizado ao Norte do Estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil, possui um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,642 e sua população é de 2.647 habitantes (IBGE, 2010). Deste total, 510 pessoas estão na área urbana e o restante, 2.137 na área rural, sendo que destas, cerca de 1.300 é composta por índios da etnia Kaingang da Terra Indígena – Inhacorá. A Figura 2 apresenta aproximadamente esta região.

Conforme destaca o Portal do Instituto Socioambiental (2014) o povo Kaingang, em essência, é falante da língua Jê, vivendo em espaços urbanos e

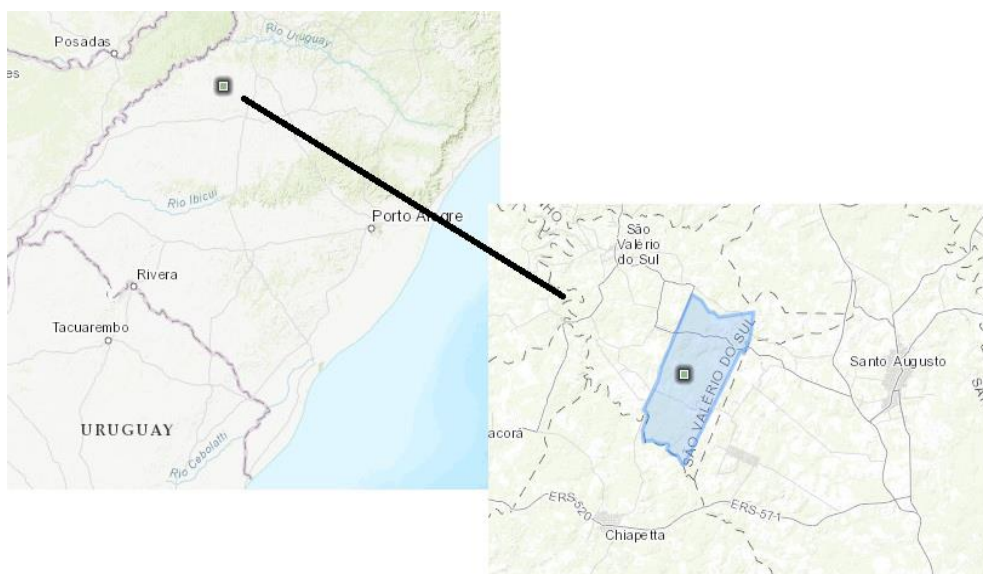
rurais. Segundo dados do IBGE (2010) às Terras Indígenas são localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No RS são aproximadamente 18.000 índios, com maior concentração na região Norte.

A aldeia em questão possui uma característica muito singular, é habitada exclusivamente por indígenas Kaingang, suas terras constituem uma das mais antigas, demarcadas oficialmente pelo governo Estadual em 1921. É pertinente ressaltar, que em 1962 o governo destinou 3.049 hectares para agricultores e 1.750 hectares para uma estação experimental da Secretaria de Agricultura (PORTAL KAINGANG, 2017).

Para os indígenas da TI Inhacorá, um fator decisivo para sobrevivência, abrange a produção de alimentos para subsistência, priorizando a vida em comunidade com o atendimento das suas necessidades. Existem realizações de cultivo praticado pelos índios como meio de produção, na qual segue o calendário próprio Kaingang para o plantio (JAHN et al., 2017).

Segundo Jahn et al. (2017) as formas de manutenção e plantio das famílias na comunidade indígena são variadas e livres, norteadas pelas motivações e interesses, que partem da presença de árvores frutíferas, criação de suínos, aves, plantação de mandioca, hortaliças, feijão entre outras variedades alimentares.

Figura 2 - Mapa do Rio Grande do Sul com localização do município de São Valério do Sul e a Terra Indígena Inhacorá.



Fonte: Portal Terras Indígenas no Brasil, 2018.

Por fim, a economia na Terra Indígena Inhacorá, em termos de fonte de renda das famílias, maior parte é oriunda da comercialização de artesanatos. Alguns indígenas prestam serviços em órgãos públicos, em funções como professores, órgão indigenista, aposentadorias e outros são beneficiários de programa Bolsa Família (JAHN et al., 2017). Diante ao exposto, é possível notar as potencialidades na Terra Indígena, que merecem ser exploradas no desenvolvimento sustentável, levando em consideração que os indígenas do

território Inhacorá constantemente buscam a preservação cultural e a necessidade da produção de alimentos para o consumo das famílias (JAHN et al., 2017).

4.2 Os aspectos econômico, social e ambiental do Território Indígena Inhacorá

Nesta seção aborda-se os aspectos econômicos, sociais e ambientais evidenciados no território indígena Inhacorá. Destaca-se que as evidências são fruto do que já foi descrito na metodologia.

4.2.1 Aspectos econômicos

A pesquisa buscou identificar como ocorre a gestão de recursos econômicos na Terra Indígena Inhacorá. Os resultados apontam que “a gestão de recursos é precária, pois não existe uma linha de crédito específica aos povos indígenas, por estes não possuírem renda fixa”. Segundo a visão do Cacique da aldeia, não há políticas voltadas para essa realidade e conforme explica Behring e Boschetti (2008) as políticas são construídas para dar resposta direta às diversas expressões, sejam econômicas ou sociais. O cacique destaca que:

“Os ganhos de recursos adquiridos são por meio da venda de artesanatos e algumas famílias têm como principal fonte de renda o Bolsa Família. Para o ganho de recurso extra a liderança indígena recorre a entidades externas a aldeia que apoiam e preservam seus direitos”.

O cacique também destaca que “a comunidade é engajada na preservação do meio ambiente, sem destruí-lo e constantemente, realiza colheita consciente de ervas e chás medicinais dentro da mata”. Eles possuem o Selo Indígena que proíbe o uso de agrotóxicos no plantio da aldeia.

Quanto à avaliação da comunidade sobre seu desempenho econômico o cacique apresenta uma visão muito clara sobre o entendimento de todos sobre a questão, explicando que

“Para eles isso é entendido de modo que não é preciso o acúmulo de capital, que, tendo os subsídios básicos (mandioca, feijão, batata, etc.) é o suficiente para viver. Um exemplo é quando alguém vai ao mercado da cidade vizinha, as pessoas dividem entre si o que foi comprado. Só que para tudo isso é preciso ter saúde, pois eles não trabalham como o capitalismo manda”.

Referente ao comércio, não existem mercados na aldeia, sendo preciso se deslocar a cidade de Santo Augusto ou São Valério do Sul - RS para aquisição de produtos. Na criação de animais, algo que sempre era visto como um meio de comércio acaba que só é criado para consumo próprio. Dentre suas criações destaca-se (porco, galinha, boi, etc.). O Cacique comenta que “existe o plantio de soja, porém

somente para as pessoas que têm maior quantidade de hectares de terra, em torno de quatro hectares”.

O que se percebe é uma dificuldade de construir um sistema econômico sustentável, que gere produtos e serviços de maneira contínua. Deve-se buscar políticas públicas que gerem a ecoeficiência, que supõe uma contínua inovação tecnológica e amplie a desmaterialização da economia ((HARRIS et al., 2001; PLACET; ANDERSON; FOWLER, 2005; HOURNEAUX JUNIOR, 2010; NASCIMENTO, 2012). É criar oportunidades econômicas para toda a comunidade indígena e suas partes interessadas, como por exemplo, a comunidade do seu entorno;

4.2.2 Aspectos sociais

Wenger (1998) e Sikdar (2003) ressaltam que o conceito de prática social é definido como um “fazer” específico a um contexto social que tenha um significado. Nesse sentido, referente à abordagem social, foi perguntado que ações são desenvolvidas para fins de desenvolvimento da comunidade. O cacique menciona que “é organizado a horta coletiva, criação de sementes também para consumo próprio e a criação de artesanatos para vendas”. Ainda, destaca que:

“São realizadas ações em parceria com a UFSM - campus Palmeira das Missões que apoia atividades de desenvolvimento da comunidade, como seminários, oficinas de aprendizagem, palestras, na qual vem ajudando a comunidade a compreender toda e qualquer forma de prática social”.

Quanto ao desempenho social da comunidade, o cacique, enfaticamente diz que “estamos trabalhando para realizar uma avaliação boa do seu desempenho abordando eixos sociais”. Em contrapartida, o mesmo salienta que “as políticas não chegam aos territórios para atender a demandas sociais da comunidade; o que ocasiona falta de capacitação aos jovens e desinteresse aos estudos”. Para o cacique, “(...) deve ter uma entidade responsável para atender a essa importante demanda da comunidade”.

Como se pode perceber são poucas as atividades de cunho social realizadas na comunidade. Nesse aspecto, é pertinente destacar a necessidade em esclarecer essas práticas sociais para com a comunidade e o desenvolvimento de um plano de ação para que essa demanda seja atendida de forma eficaz.

Perguntado sobre a existência de algum projeto educativo e social gratuito para as pessoas da comunidade o cacique responde: “É difícil, mas estamos sempre em busca de trazer essas coisas para a comunidade. Algumas entidades em parceria com a universidade realizam diversas atividades educativas para envolver todas as pessoas nesse processo de aprendizagem”. Em tempo, faz-se uma ressalva da importância da escola na comunidade que é um dos meios mais importantes e fundamentais para o aprendizado das crianças.

Por meio das observações feitas na aldeia, é visível uma pequena quantidade de pessoas - mais especificamente adolescentes - portando *smartphones*, e o mais

curioso é a finalidade para as quais são usados os aparelhos: registros fotográficos, gravação de vídeos de apresentações culturais realizadas na escola e acesso a informações diárias, com o compartilhamento dessas para as pessoas que não possuem um aparelho. Têm-se um aspecto positivo, pois a tecnologia garante a inclusão entre culturas e no caso indígena pode ser executada como fortalecimento de seus costumes, dependendo do uso que se é feito (MENDONÇA; LIMA; GUSMÃO, 2015).

Um sistema social sustentável alcança a justiça social gerando renda e oportunidades por meio dos serviços sociais como saúde e instrução e de um tratamento igual a todos seus membros. Busca qualidade de vida e equidade para os trabalhadores e para a sociedade como um todo (HARRIS et al., 2001; PLACET; ANDERSON; FOWLER, 2005; HOURNEAUX JUNIOR, 2010; NASCIMENTO, 2012). Percebeu-se na realidade que a principal dificuldade está no aspecto social, pois este envolve variadas questões, desde saúde, educação, lazer, cultura entre outros e que pouco estão presentes no dia a dia do território indígena.

Com isso, torna-se relevante destacar o papel da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que tem o papel de demarcar território para a população indígena, garantir direitos sociais, etnodesenvolvimento, dentro outros. “As terras indígenas são o suporte do modo de vida diferenciado e insubstituível dos cerca de 300 povos indígenas que habitam, hoje, o Brasil” (FUNAI, 2018, p. 1).

4.2.3 Aspectos ambientais

Este talvez seja o aspecto com maior expectativa, tendo em vista estar relacionado com a natureza, elemento essencial e profundamente relacionado com o povo indígena. Questionou-se o cacique sobre quais são as ações realizadas na comunidade para preservação do meio ambiente. Em resposta o cacique dá ênfase à questão da reciclagem dizendo que “a comunidade não tem reciclagem. O lixo é queimado e estamos trabalhando nessa questão, pois a queima prejudica o meio ambiente. Porém, essas questões devem partir da prefeitura e Estado para que tenha coleta de lixo na comunidade”.

Na tentativa de compreender a situação apresentada pelo cacique, é visível que todos entendem o mal causado pela queima de lixo devido ao tratamento pouco sustentável dado a essa questão. Entretanto, deve existir uma contrapartida, uma ação do serviço público, para que o carregamento de lixo chegue até a aldeia para que a ação de queimada, não seja mais utilizada pela comunidade; evitando mais poluição e degradação do meio ambiente.

Quanto ao desempenho em termos ambientais na comunidade o cacique destaca que “a maioria da comunidade entende a importância da preservação do meio ambiente. Mas ainda há pessoas que desmatam. A terra é meio econômica e precisa ser protegida, pois não sabemos até quando teremos mais matas”.

Frente ao exposto, é difícil explicar as causas de desmatamento. Entretanto, pode-se dizer que as consequências desta ação são enormes, como: menos árvores, queima de madeira, animais sem abrigo, em muitos casos, provocando extinção de muitas espécies. Durante observação e ressalva do cacique, o “Território Indígena Inhacorá está ficando pequeno para o número de habitantes”, e uma explicação

viável nesse caso em particular, é que o desmatamento ocorre para tornar a terra disponível para agricultura e criação de animais.

É surpreendente que os aspectos ambientais neste território estejam sendo utilizados de maneira sustentável, onde o produzir e consumir deveriam garantir que os ecossistemas possam manter sua autorreparação ou capacidade de resiliência. Envolve proteger o ar, a água, a terra e os ecossistemas, assim como, controlar de forma eficaz os recursos naturais (HARRIS et al., 2001; PLACET; ANDERSON; FOWLER, 2005; HOURNEAUX JUNIOR, 2010; NASCIMENTO, 2012). Esse deve ser um ponto importante, pois a cultura indígena depende fortemente do meio ambiente para a sua subsistência e a depreciação deste poderá acarretar enorme dificuldade de manutenção, pois imaginar que haverá uma ampliação da reserva é quase que impossível, tendo em vista sua posição geográfica, localizada em uma grande região agrícola e cobijada por muitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo fazer uma análise da sustentabilidade em um Território Indígena, com base no tripé econômico, social e ambiental, mais especificamente na comunidade indígena Inhacorá, localizada em São Valério do Sul-RS. A metodologia qualitativa e exploratória permitiu atingir o objetivo, de forma a fazer a presente conclusão.

Primeiramente destaca-se a particularidade da pesquisa sobre sustentabilidade em um território indígena. Numa visão de senso comum poderia se imaginar algumas suposições, as quais foram desveladas, surpreendo em termos de resultados. A análise permitiu aprofundar os aspectos econômico, social e ambiental deste contexto.

No aspecto econômico fica evidente a dificuldade da população indígena que reside ali de construir uma sistemática de geração de renda permanente. Importante destacar que faz parte da cultura indígena a subsistência, ou seja, produzir o necessário para viver. No entanto, sua inserção na sociedade como um todo, gera necessidades, como por exemplo, adquirir um *smartphone*, um carro, uma televisão, enfim, coisas que necessitam de renda para sua aquisição. Essa dicotomia entre a cultura indígena e o sistema capitalista pode ser a raiz de outras situações ligadas a outros aspectos, por exemplo, o ambiental.

O aspecto ambiental foi o mais surpreendente, pelo fato da utilização da queimada para a eliminação de resíduos e o desmatamento da floresta para fins agrícolas. Isso representa ser extremamente contraditório com a cultura indígena, no entanto, em uma análise mais apurada e com base na observação participante, é possível verificar que os anseios de consumo aliados a falta de uma renda de qualidade e de uma política pública eficiente, fazem com que busquem alternativas para a solução dos seus problemas.

Os aspectos sociais são minimizados pelo apoio da UFSM com projetos na área da saúde e educação. No entanto, carecem de ações mais efetivas, principalmente dos órgãos públicos e em especial da FUNAI, principal responsável pelas políticas públicas deste segmento da sociedade.

De maneira geral é perceptível uma preocupação de toda a comunidade em relação a sustentabilidade, pois sabe que um equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social é de fundamental importância para uma melhor qualidade de vida. Há que se compreender as particularidades desta forma de organização social, bastante distinta daquilo que a maioria da população está acostumada, portanto, há que se aprofundar os estudos e desenvolver ações que preservem as particularidades.

As limitações do estudo devem ser consideradas, principalmente em termos metodológicos, pois foi realizada uma entrevista com o cacique e observação participante, portanto, podem haver outras opiniões e percepções que merecem ser aprofundadas em estudos futuros. Da mesma forma, a revisão teórica limita-se a analisar a sustentabilidade e com autores que normalmente são utilizados em análises empresariais, portanto, uma visão da sustentabilidade mais aberta e que englobe outros elementos também seria salutar.

A sugestão para futuras pesquisas é na utilização de diferentes maneiras de mensuração, para se compreender o funcionamento aprofundado do tripé da sustentabilidade, seja nesta comunidade ou em outras comunidades indígenas no estado e no Brasil. Esse estudo pode ser também reproduzido em outras etnias indígenas em comparação com a visão de outros caciques para a comparação de resultados.

Diante deste contexto, acredita-se que os indígenas necessitam de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável de modo que consigam um aproveitamento dos recursos naturais em harmonia entre as dimensões ambiental, econômica, ecológica, social e cultural. O desenvolvimento sustentável traz benefícios não somente a comunidade Indígena Inhacorá, mas também para toda a sociedade, em curto e no longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, J. C. Organizações inovadoras sustentáveis. In: BARBIERI, J. C.; SIMANTOB, M. A. (Org.). **Organizações inovadoras sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5 ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. C. Política social e método. In: BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. C. **Políticas sociais: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BERMEJO, R. **Economía sostenible, principios, conceptos e instrumentos**. Bilbao: Bakeaz, 2001.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BONN, I.; FISHER, J. Sustainability: the missing ingredient in strategy. **Journal of Business Strategy**, v. 32, n. 1, p. 5 - 14, 2011.

BRASIL, M. V. O.; POMPEU, R. M.; OLIVEIRA, F. C. As bases epistemológicas do desenvolvimento sustentável. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 38., Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Enanpad, 2014.

BRAZÃO, P. A prática social, a tecnologia e a construção do currículo. In: MENDONÇA, A.; BENTO, A. **Educação em tempo de mudança**. Funchal: Cie - Uma, 2008. p. 107-113. Disponível em: <http://www3.uma.pt/pbrazao/art&publ/Brazao_2008_pratica_social_tecnologia_e_a_construcao_do_curriculo.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BROWN, B. J.; HANSON, M. E.; LIVERMAN, D. M.; MERIDETH, R. W. Forum global sustainability: toward definition. **Environmental Management**, v. 11, n. 6, p. 713 - 719, 1987.

CARNEIRO, D. M. R. **Visitando o século XXI**: inovações para a sustentabilidade em destinos turísticos brasileiros. 2014. 350 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2014.

COBB, J. B. **Sustainability**: economics, ecology, and justice. Maryknoll, New York: Orbis, 1992.

DOVERS, S. R. A framework for scaling and framing policy problems in sustainability. **Ecological Economics**, v. 12, p. 93 - 106, 1995.

DRESNER, S. **The principles of sustainability**. London: Earthscan, 2002.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks**: the triple bottom line of 21st century business. Oxford: Capstone Publishing, 1999.

ELKINGTON, J. **Enter the Triple Bottom Line**: does it all add up? London: Earthscan, 2004.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FOSSATTI, N. C.; LUCIANO, E. M. (Org.) **Prática profissional em administração**: ciência, método e técnicas. Porto Alegre: Sulina, 2008.

FUNAI. **Demarcação de terras indígenas**. 2018. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoedemarcacao-de-terras-indigenas#>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T. S. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 874 - 907, 1995.

HARRIS, J.; WISE, T.; GALLAGHER, K.; GOODWIN, N. (Org.). **A survey of sustainable development: social and economic dimensions**. Washington: Island Press, 2001.

HERNANDES, J. P. G. **Marketing e sustentabilidade: sinergias e lacunas**. 2014. 237 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

HOLLING, C. S. Theories for sustainable futures. **Conservation Ecology**, v. 4, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://www.consecol.org/vol4/iss2/art7/>>. Acesso em: 14 Ago. 2015.

HOURNEAUX JUNIOR, F. **Relações entre as partes interessadas (stakeholders) e o sistema de mensuração de desempenho das organizações**. 2010. 218 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2645>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**, 2014. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang/286>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

JAHN, A. C.; ANDRIOLLI, E. M.; POHIA, G. M.; MANZZONETTO, J.; SOLER, M. G. P. O retorno dos Kaingang à Terra Indígena Inhacorá após a desapropriação: desafios e possibilidades. **Revista Orbis Latina**, v. 17, n. 3, p. 108-118, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/viewFile/965/885>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MENDONÇA, G. D.; LIMA, F. J.; GUSMÃO, A. C. O uso da tecnologia como ferramenta de compartilhamento e preservação do dialeto indígena. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 4., Maceió. **Anais...** Porto Alegre, RS, CBIE, 2015. Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/viewFile/5939/4167>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

MORIMOTO, R; ASH, J.; HOPE, C. Corporate social responsibility audit: from theory to practice. **Journal of Business Ethics**, v. 62, n. 4, p. 315 - 325, 2005.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51 - 64, 2012.

PEZZEY, F. **Economic analysis of sustainable growth and sustainable development**. (Working Paper n. 15). Washington: World Bank, Environment Department, 1989.

PLACET, M.; ANDERSON, R.; FOWLER, K. M. Strategies for sustainability. **Research Technology Management**, v. 48, n. 5, p. 32 – 41, 2005.

PORTAL KAINGANG. **Demarcação de terras indígenas Kaingang**. 2017. Disponível em: <http://www.portalkaingang.org/index_historia_4.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PORTAL TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. **Mapa da área**. 2018. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3693>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

SANDHU, S. Shifting paradigms in corporate environmentalism: from poachers to gamekeepers. **Business and Society Review**, v. 115, n. 3, p. 285 - 310, 2010.

SARRETA, C. R. L. **Meio ambiente e consumo sustentável: direitos e deveres do consumidor**. Passo Fundo: UFP, 2007.

SERPA, D. A. F; FOURNEAU, L. F. Responsabilidade social corporativa: uma investigação sobre a percepção do consumidor. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 3, p. 83 - 103, 2007.

SIKDAR, S. K. Sustainable development and sustainability metrics. **American Institute of Chemical Engineers Journal**, v. 49, n. 8, p. 1928 - 1932, 2003.

SOUZA, D. V.; ZIONI, F. Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados. **Saúde e Sociedade**, v. 12, p. 76-85, 2003.

SOUZA, A. H. C.; LIMA, A. M. A.; MELLO, M. A. A.; OLIVEIRA, E. R.. A relação dos indígenas com a natureza como contribuição à sustentabilidade ambiental: uma revisão da literatura. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 7, n. 2, p. 88-95, 2015. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/viewFile/465/457>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2010.

VEIGA, J. E. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

VIEGAS, P. B.; BIANCHI, R. C.; MEDEIROS, F. S. B. Práticas sustentáveis ambientais utilizadas no setor de pós-vendas em concessionárias de veículos leves: um estudo de multicasos. **GEPROS - Revista Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, v. 10, n. 1, p. 101-117, 2015. Disponível em: <<http://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/download/1206/634>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

WEIS, B. M. C. Indígenas, sustentabilidade e meio ambiente. **Âmbito Jurídico**, 2018. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15034>. Acesso em: 26 abr. 2018.

WENGER, E. **Communities of practice learning, meaning and identity**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1998.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.